


STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Prezados Acionistas,

A Administração da **Sterlite Brazil Participações S.A.** (“**Brazil Participações**” ou “**SBP**” ou “**Controladora**”) em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sociedade

A **Sterlite Brazil Participações S.A.** (“**Brazil Participações**” ou “**SBP**” ou “**Controladora**”), constituída em 30 de junho de 2017, é uma sociedade anônima fechada brasileira, de capital privado, cujo propósito principal é atuar como holding de empresas, participando no capital de outras sociedades. Atualmente tem como acionistas as empresas estrangeiras Sterlite Power Transmission Limited e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

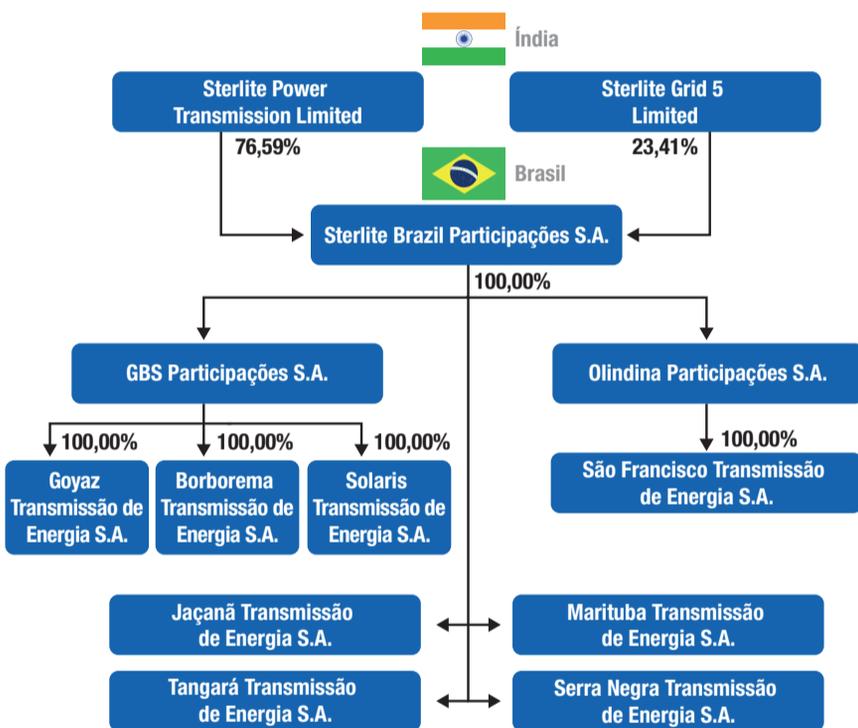
No Brasil, o grupo econômico da SBP é formado pela própria Controladora e por suas Subsidiárias integrais - Sociedades de Propósito Específico (“SPE”).

A GBS Participações S.A. foi constituída dentro do planejamento de reestruturação societária e, a partir de fevereiro de 2022, passou a ser controladora direta das SPEs: Goyaz Transmissão de Energia S.A., Borborema Transmissão de Energia S.A. e Solaris Transmissão de Energia S.A., através da transferência de 100% das suas ações, que até então eram de posse e controle total da SBP.

Em 2022, a Sterlite Brazil Participações incrementou seu portfólio de ativos através das Companhias: Jaçanã Transmissão de Energia S.A., adquirida no Leilão de Transmissão da ANEEL nº 02/2021, e Serra Negra Transmissão de Energia S.A. e Tangará Transmissão de Energia S.A., adquiridas no Leilão de Transmissão da ANEEL nº 01/2022. Juntos, os novos ativos, quando em operação, proporcionarão ao Grupo um aumento de RAP de aproximadamente R\$ 117 milhões.

Em 01 de julho de 2023, a Sterlite Brazil Participações S.A. realizou reorganização societária de suas controladas e, como consequência, nessa data, a Companhia São Francisco Transmissão de Energia S.A. passou a ser controlada pela Olindina Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações.

Em 31 de dezembro de 2023 a SBP manteve seu controle direto, com 100% de participação nas Companhias: GBS Participações S.A., Olindina Participações S.A., Marituba Transmissão de Energia S.A., Jaçanã Transmissão de Energia S.A., Serra Negra Transmissão de Energia S.A. e Tangará Transmissão de Energia S.A. e de forma indireta, nas SPEs: Goyaz Transmissão de Energia S.A., Borborema Transmissão de Energia S.A. e Solaris Transmissão de Energia S.A., através de sua subsidiária integral, a GBS Participações S.A. e de São Francisco Transmissão de Energia S.A., através de sua subsidiária integral, a Olindina Participações S.A.


Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. Por fim, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente que garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	33.517	255.517	238.256	526.194
Concessionárias e permissionárias	8	–	–	24.895	7.189
Ativo de concessão	13	–	–	307.094	206.942
Prêmio de seguro		86	–	3.934	3.108
Tributos e contribuições a compensar	9	5.752	9.046	9.715	10.652
Adiantamento a fornecedores e funcionários	10	2	2.197	14	3.206
Dividendos a receber		3.463	2.901	–	–
Outros créditos		–	5	35	4.372
Valor a receber pela alienação de investimento	11	2.771	2.771	2.771	2.771
Partes relacionadas	12	2.202	2.202	–	–
Total do ativo circulante		47.793	274.639	586.714	764.434
Ativo Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Caixa restrito	7	–	–	6.958	–
Ativo da concessão	13	–	–	3.782.806	2.692.417
Adiantamento a fornecedores	10	2.643	–	64.373	122.377
Tributos e contribuições a compensar	9	–	–	–	551
Impostos de renda e contribuição social diferido	18	444	17.818	4.077	17.901
Valores a receber pela alienação de investimento	11	4.707	5.213	4.707	5.213
Prêmio de seguro		7	11	1.083	2.432
		7.801	23.042	3.864.004	2.840.891
Investimentos	14	1.339.100	1.113.716	–	–
Imobilizado		2.492	3.132	2.492	3.132
Intangível		2.253	861	2.253	861
		1.343.845	1.117.709	4.745	3.993
Total do ativo não circulante		1.351.646	1.140.751	3.868.749	2.844.884
Total do ativo		1.399.439	1.415.390	4.455.463	3.609.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Perfil

No mundo, o Grupo Sterlite Power caracteriza-se pela atuação especializada no segmento de infraestrutura para transmissão de energia, com projetos na Índia e no Brasil. Motivada pela inovação e excelência operacional, comprometida com sua missão de oferecer serviços de infraestrutura de qualidade em transmissão de energia. O Grupo possui ainda investimentos em energias renováveis e produção de cabos para a indústria de energia na Índia.

No Brasil, a SPB trabalha para fortalecer o sistema de transmissão de energia através de seu portfólio, constituído de aproximadamente 2.000 km de linhas de transmissão em projetos nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, contribuindo para o escoamento da energia elétrica gerada nessas regiões e, conseqüentemente, para o progresso socioeconômico do país.

Início das operações

A Sterlite Brazil Participações S.A. possui em seu portfólio 4 concessões em operação comercial e com faturamento integral da RAP, ao quais:

Goyaz Transmissão de Energia S.A. (GO);
Borborema Transmissão de Energia S.A. (PB);
Solaris Transmissão de Energia S.A. (MG);
Marituba Transmissão de Energia S.A. (PA).

Os quatro projetos em construção são:

São Francisco (SE e BA): compreende uma linha de transmissão entre as subestações de Porto Sergipe e Olindina, linha de transmissão entre as subestações Olindina e Sapeaçu e linha de transmissão entre as subestações Morro do Chapéu II e Irecê e ampliação das respectivas subestações, que está em fase final e com entrega prevista para junho de 2024.

Jaçanã (BA): integração entre os pátios de 500 kV 3 230 kV na SE Olindina, com implantação de transformador 500/230 - 13,8 kV.

Há, ainda, os projetos Serra Negra e Tangará, em fase de engenharia executiva e aquisição de equipamentos e serviços.

Estruturação financeira

Em 2021 a Companhia colocou em prática novas iniciativas financeiras através do financiamento por meio de bancos privados e emissões de debêntures privadas, permitindo acesso além das linhas de fomento do setor público para projetos de infraestrutura, como as do FNO e FNE.

Ao longo de 2022, o grupo SBP obteve uma série de avanços nos financiamentos de longo prazo de seus projetos, destacando-se: (i) **Marituba**, primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 150 milhões e ainda R\$ 536 milhões referentes ao financiamento do projeto junto ao Banco da Amazônia (“BASA”), dos quais foram recebidos R\$ 394.242 milhões até 31 de dezembro de 2022; (ii) **São Francisco**, que em setembro de 2022 realizou a emissão de notas promissórias comerciais, em série única, no valor de R\$ 80 milhões, através do Banco Modal. Em janeiro de 2023, foi assinado um contrato no valor de R\$ 150 milhões com o FDNE, através do Banco do Brasil e em março de 2023 assinou empréstimo-ponte no montante de R\$ 150 milhões com o Banco do Nordeste.

Processos de Licenciamento
PRINCIPAIS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS OBTIDAS EM 2023

Projeto	Licença		Órgão Emissor	Data de Emissão
	Tipo	Nº de Licença		
Marituba	Licença de Operação	14217/2023	SEMAS/PA	26/06/2023
Serra Negra	Licença Prévia	25/2023	ADEMAS/SE	16/11/2023

Governança corporativa

A Sterlite Brazil Participações S.A. é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

Na implantação das linhas de transmissão de energia, o Grupo SBP no Brasil opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A SBP entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e às populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

Neste sentido, a companhia desenvolveu um conjunto completo de processos que cobre todas as fases do ciclo de vida de seus projetos. O SWW (Sterlite Way of Working) compreende: Handovers; Criação das SPEs; Licenciamento ambiental; Engenharia; Negociações fundiárias; Supply Chain Management; Gerenciamento e execução de projetos; Qualidade; Saúde e segurança no trabalho.

Fato relevante

Em março de 2022, a GBS Participações S.A. realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$ 1.000.

Na Escritura de Emissão das Debêntures, por um erro de digitação, ficou consignado na cláusula 6.1.2 (xiv) o ano de 2023 como exigível para cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Ainda que em decorrência desse equívoco, formalmente deu-se o não atingimento do índice no referido ano, sendo a correção da escritura considerada intempésta para o período, ocasionando, por conseguinte, o descumprimento da obrigação “*covenant*”. Seguindo o determinado nas normas contábeis, a Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante, resultando em um Capital Circulante Líquido Negativo, o que pode levar ao questionamento quanto à sua continuidade operacional. Entretanto, tendo em vista que o perdão temporário “*waiver*” para o descumprimento da cláusula supracitada está em processo de formalização através de Assembleia Geral de Debenturistas “AGD”, a Companhia entende tratar-se de uma questão transitória. Vale destacar que a Companhia não antecipa dificuldades para obtenção do referido perdão, bem como informa que o não atingimento do índice não configura condição para declaração de vencimento antecipado automático.

Sendo uma subsidiária integral da SBP, a ocorrência em GBS Participações S.A. afetou diretamente as Demonstrações Financeiras de sua Controladora, razão pela qual entendemos relevante realizar o esclarecimento acima.

São Paulo, 19 de junho de 2024

A Administração


Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

continua →



STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de implementação e margem da infraestrutura	-	-	942.577	1.721.972
Remuneração do ativo de concessão	-	-	285.366	139.627
Receita de operação e manutenção	-	-	4.454	6.583
Receita operacional líquida	21	-	1.232.397	1.868.182
Custo de implementação de infraestrutura	22	-	(1.014.198)	(1.388.707)
Custo de operação e manutenção	23	-	(12.923)	(4.752)
Lucro bruto	-	-	205.276	474.723
Despesas gerais e administrativas	24	(6.492)	(17.169)	(49.268)
Ganho (perda) na alienação de investimentos	11	-	73.430	-
Resultado de equivalência patrimonial	14	(26.721)	310.671	-
Outras receitas (despesas) operacionais	25	(2)	168	168
Lucro antes do resultado financeiro líquido	-	-	(33.214)	367.100
Receitas financeiras	26	12.914	2.161	21.418
Despesas financeiras	26	(94.757)	(43.078)	(295.413)
Resultado financeiro líquido	-	-	(81.843)	(40.917)
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro de operações em continuidade	-	-	(115.057)	326.183
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	-	(3.382)	(4.384)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(15.909)	(1.865)	(19.019)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício das operações em continuidade	-	-	(130.966)	320.936
Prejuízo após os tributos das operações descontinuadas	11.c	-	(13.662)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	(130.966)	307.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(130.966)	307.274	(130.966)	307.274
Total de resultados abrangentes	(130.966)	307.274	(130.966)	307.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	370.913	18.017	155.283	-	-	544.213
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	307.274	307.274
Constituição de reserva legal	-	15.364	-	-	(15.364)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.919)	(2.919)
Constituição das reservas de lucros a realizar	-	-	-	288.991	(288.991)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	370.913	33.381	155.283	288.991	-	848.568
Aumento de capital social	26.494	-	-	-	-	26.494
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(130.966)	(130.966)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	(130.966)	130.966	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	397.407	33.381	155.283	158.025	-	744.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Sterlite Brazil Participações Energia S.A. ("Companhia" ou "Brazil Participações"), é uma Companhia holding nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de junho de 2017, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105, 12º andar no município de São Paulo. Os acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited, com sede em Mumbai, Índia e Sterlite Grid 5 Limited, com sede em Nova Deli, Índia. As Companhias: Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Marituba"), Olindina Participações S.A. ("Olindina"), Jaçaná Transmissão de Energia ("Jaçaná"), Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Serra Negra"), Tangará Transmissão de Energia S.A. ("Tangará") e GBS Participações S.A. (GBS) são controladas diretas da Sterlite Brazil Participações S.A. Vale ressaltar que a Brazil Participações, controla indiretamente, as companhias: Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema"), Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz") e Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris"), através de sua subsidiária GBS Participações S.A., em razão de reorganização societária que ocorreu em 11 de fevereiro de 2022, que através de transferência de 100% das ações, ficaram sob o controle da GBS Participações S.A., subsidiária integral de Brazil Participações e a Companhia: São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco"), através de sua subsidiária Olindina Participações S.A., em razão de reorganização societária que ocorreu em 01 de julho de 2023, que através de transferência de 100% das ações, ficaram sob o controle da Olindina Participações S.A., subsidiária integral de Brazil Participações. Elas têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **1.2. Das concessões:** As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária Controlada	Prazo Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP		
						Próxima	R\$ Mês-base	Ciclo RAP
Marituba	26/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA 83.310	02/2018	2023-2024
Jaçaná	02/2022	30	31/03/2052	5	2024	IPCA 8.237	03/2022	2023-2024
Serra Negra	10/2022	30	30/09/2052	5	2024	IPCA 22.000	09/2022	2023-2024
Tangará	14/2022	30	30/09/2052	5	2024	IPCA 87.600	09/2022	2023-2024
Controladas indireta								
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA 33.662	02/2018	2023-2024
Borborema - RBNI	15/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA 13.573	02/2018	2023-2024
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA 34.248	02/2018	2023-2024
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA 42.487	02/2018	2023-2024
Solaris - RBNI	31/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA 16.149	02/2018	2023-2024
São Francisco	18/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA 70.982	02/2018	2023-2024

1.3. Receita Anual Permitida - RAP: A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 23 de maio de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 607.075 na controladora e R\$ 979.926 no consolidado (positivo em R\$ 101.546 na controladora e positivo em R\$ 331.957 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). O capital circulante negativo é decorrente da

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Atividades operacionais	(115.057)	326.183	(107.563)	409.760
Lucro antes dos tributos sobre as operações em continuidade	-	(15.552)	-	(15.552)
Lucro antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas	(115.057)	310.631	(107.563)	394.208
Lucro antes dos tributos	-	-	-	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) nas atividades operacionais	26.721	(310.671)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	110.458	129.493
PIS e COFINS diferidos	-	-	21.112	13.213
Provisão para contingências	(752)	938	(752)	938
Depreciação e amortização	-	277	-	277
Atualização monetária - arrendamentos	81.248	29.796	225.932	105.669
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	906	-	94	-
Juros e IOF sobre empréstimos com partes relacionadas	-	-	68.730	31.146
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	2.714	4.000
Apropriação dos custos de captação	1	4.194	348	(1.713)
Outros ajustes	(6.933)	35.165	321.073	677.231
Decréscimo (acréscimo) de ativos	-	-	(17.706)	(7.189)
Concessionárias e permissionárias	-	-	(1.190.541)	(1.965.633)
Ativo de concessão	3.294	2.459	5.488	1.286
Tributos e contribuições a compensar	(82)	8	523	(3.076)
Prêmio de seguro	(448)	(2.130)	61.196	(73.851)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	-	3.934	-	-
Partes relacionadas	(550)	2.811	4.337	(2.484)
Outros	2.214	7.082	(1.140.704)	(2.050.947)
Aumento (diminuição) nos passivos	(6.452)	4.815	2.982	85.829
Fornecedores	1.250	(4.139)	6.788	(1.622)
Tributos e contribuições sociais	-	-	1.059	327
Encargos setoriais	(221)	(2.164)	(1.698)	6.271
Salários e encargos sociais	-	4.517	-	3.838
Partes relacionadas	-	(29.978)	-	-
Ativos/passivos de operações descontinuadas	1.245	(1)	(332)	1.869
Outras obrigações	(4.178)	(26.950)	8.799	53.888
Fluxo de caixa de atividades operacionais de operações descontinuadas	-	-	-	(42.624)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	7.999
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(8.897)	15.297	(814.354)	(1.321.473)
Atividades de investimentos	(21.155)	(246.384)	-	-
Investimento em controladas	(230.957)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	506	28.724	506	28.724
Recebível alienação de investimentos	-	(1.762)	-	(1.762)
Aquisição de ativo imobilizado	(251.606)	(219.422)	506	26.962
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	-	-	-	-
Atividades de financiamentos	26.494	-	26.494	-
Aumento de capital	-	-	(6.958)	-
Caixa restrito	42.900	687.000	990.404	2.225.995
Debêntures, empréstimos e financiamentos captados líquidos do custo de emissão	(11.500)	(4.500)	(19.311)	(38.256)
Custo de captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	(37.265)	(201.390)	(335.536)	(444.362)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	(16.965)	(27.106)	(164.022)	(72.117)
Captação de empréstimos com partes relacionadas	45.670	-	35.065	-
Amortização de empréstimos com partes relacionadas	(10.605)	-	-	-
Passivo de arrendamentos	(226)	(1.108)	(226)	(1.108)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento de operações descontinuadas	-	-	-	12.646
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	38.503	452.896	525.910	1.682.798
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(222.000)	248.771	(287.938)	388.287
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	255.517	6.746	526.194	137.907
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	33.517	255.517	238.256	526.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

reclassificação para o passivo circulante, nos montantes de R\$ 450.980 na controladora e R\$ 1.050.725 no consolidado, correspondentes aos saldos de debêntures, anteriormente apresentados no não circulante, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas "covenants" previstas na escritura das referidas debêntures da sua controlada GBS Participações S.A., que podem ensejar na possibilidade da exigência do vencimento antecipado de tal dívida, por meio de deliberação da Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD"). Em razão, do não cumprimento do "covenant" relacionado ao ICSJ na sua controlada, a Sterlite Brazil Participações S.A. em consonância com as disposições previstas na Escritura de Debêntures emitida pela Companhia, reclassificou os valores para o passivo circulante. A administração da GBS já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para organizar a instalação da "AGD" para solicitação de perdão temporário "waiver", a qual deverá ser realizado no dia 24 de maio de 2024. A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das debêntures. Vide mais informações na Nota 16. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que tem capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim, dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; • Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A Administração das controladas da Companhia avaliam o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato que foi de 9,44% (exceto a taxa de 10,53% para a controlada Jaçaná, a taxa de 9,73% para a controlada Serra Negra e a taxa de 9,64% para a controlada Tangará). Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos **continua** →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão. **2.5. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas controladas. As controladas são todas as Companhias nas quais a Sterlite Brazil Participações S.A. detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Participação %	
	31/12/2023	31/12/2022
Controladas diretas		
Olindina Participações S.A. ("Olindina")	100	100
Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Marituba")	100	100
São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco")	-	100
Jaçanã Transmissão de Energia S.A.	100	100
Serra Negra Transmissão de Energia S.A.	100	100
Tangará Transmissão de Energia S.A.	100	100
GBS Participações S.A.	100	100
Controladas indiretas		
Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema")	100	100
Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz")	100	100
Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris")	100	100
São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco")	100	-

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as Companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas; (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e, (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** *Classificação e mensuração:* Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos do principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. i) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):* Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. ii) *Baixa de ativos financeiros:* A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura

de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Investimentos:** A Companhia bem como suas controladas reconhecem e demonstram os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.5. Ativo imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.7. Arrendamentos:** a) **Controladora como arrendatária:** A Companhia avalia na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Arrendatário:** A Companhia e suas controladas aplicam a única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a taxa implícita encontrada na taxa de capitação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.9. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.11. Dividendos e juros sobre capital próprio:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. A Companhia e suas controladas podem distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e imputá-los aos dividendos obrigatórios. Quando distribuídos são demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. **3.12. Segmento de negócio:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. A Administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica. **3.13. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.14. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo aprovada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as

especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. d) **Ganho ou perda de eficiência na implementação de infraestrutura:** Refere-se às variações positivas ou negativas alocadas no resultado no momento da entrada em operação de cada projeto de reforço, melhorias e os novos contratos de concessão. **3.15. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.16. Imposto de renda e contribuição social:** **Correntes:** O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes. A Companhia e as controladas GBS, Marituba e São Francisco se encontram em regime de tributação de Lucro real. As controladas Jaçanã, Serra Negra, Tangará, Borborema, Goyaz e Solaris optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia e suas controladas pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.18. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • CPC 50 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao CPC 23: Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis: Divulgação de políticas contábeis; e • Alterações ao CPC 32: Tributos sobre o lucro: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão no CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2); • Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; e • Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Após processo de reorganização societária realizada pela Sterlite Brazil Participações S.A., em 01 de julho de 2023, a Olindina Participações S.A., holding criada pela própria Sterlite Brazil, adquiriu 100% das ações da São Francisco Transmissão de Energia S.A., tornando-se sua controladora direta. Como essa transação foi realizada entre empresas do mesmo Grupo, onde a Sterlite Brazil mantém o controle indireto da São Francisco, os valores considerados na aquisição são apresentados a valores de históricos de custo. Valores de custos dos ativos adquiridos e passivos assumidos são apresentados a seguir:

	São Francisco
	01/07/2023
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	105.198
Ativo de concessão	489.563
Tributos e contribuições a compensar	926
Adiantamentos a fornecedores e empregados	93.705
Prêmios de seguros	1.315
	690.707
Passivo	
Fornecedores	15.598
Tributos e contribuições sociais	9.638
Imposto de renda e contribuição social	131
Empréstimos, financiamentos e debêntures	293.696
Partes relacionadas	1.877
Dividendos a pagar	18
PIS e COFINS diferidos	45.285
Imposto de renda e contribuição social diferidos	525
Outros	967
Total dos ativos líquidos identificáveis	367.735
Total da contraprestação	322.972

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários	1.500	1.024	37.837	78.044
Aplicações financeiras	32.017	254.493	200.419	448.150
	33.517	255.517	238.256	526.194

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas a taxas que variam de 75% a 98% do CDI. Em 2023 a rentabilidade das aplicações financeiras da Companhia foi de R\$12.664 (R\$ 1.681 em 2022). No consolidado, a rentabilidade totalizou R\$21.093 em 2023 (R\$10.152 em 2022).

7. CAIXA RESTRITO

	Consolidado
	31/12/2023
Aplicações financeiras (caixa restrito) - Não circulante	6.958
	6.958

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio de resultado. A aplicação financeira é do tipo CDB, entre 70% e 98% em 31 de dezembro de 2023. Esta aplicação refere-se a um fundo de liquidez de reserva constituído para fins de garantia de empréstimos bancários (vide Nota 16).

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	24.895	7.189
	24.895	7.189

O saldo é mantido pelas controladas indiretas (Borborema, Goyaz, Solaris e Marituba). As controladas iniciaram os faturamentos da RAP a partir de: Solaris: A Companhia, em julho de 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela RAP original e em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação. Ressalta-se que o setor de 138 kV da SE Jaíba está pendente de energização em função das instalações pertencentes à CEMIG-D. Goyaz: A Companhia em junho de 2022, entrou em operação comercial parcial. A linha de transmissão Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação, com parcela de RAP equivalente a 36,6% da RAP original. Borborema: A Companhia entrou em operação comercial parcial em junho de 2022, com parcela de RAP de 89,57% e em novembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação completando a parcela de RAP original de 100%. Marituba: A Companhia entrou 100% em operação comercial em julho de 2023 e começou a receber a partir de agosto de 2023 100% da sua RAP. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributos retidos sobre faturamento	-	5	46	7
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	2.342	601	4.614	905
PIS e COFINS a recuperar	-	135	1.036	1.147
IR e CSLL retido na fonte	-	8.302	4	9.132
IR e CSLL a compensar	3.207	-	3.208	-
Outros	203	3	807	12
	5.752	9.046	9.715	11.203
Circulante	5.752	9.046	9.715	10.652
Não circulante	-	-	-	551

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E FUNCIONÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a funcionários	2	45	14	72
Adiantamento a fornecedores (a)	2.643	2.152	64.373	125.511
	2.645	2.197	64.387	125.583
Circulante	2	2.197	14	3.206
Não circulante	2.643	-	64.373	122.377

(a) No saldo da controladora refere-se basicamente a adiantamentos com despesas administrativas e financeiras. O saldo do consolidado refere-se substancialmente aos recursos liberados aos fornecedores e subcontratadas relacionados à obra, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

11. VALORES A RECEBER E RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO

a) Valores a receber pela alienação de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valor a receber pela alienação de investimento	7.478	7.984	7.478	7.984
	7.478	7.984	7.478	7.984
Circulante	2.771	2.771	2.771	2.771
Não circulante	4.707	5.213	4.707	5.213

O montante de R\$7.478 em 31 de dezembro de 2023, correspondente ao valor em custódia de parte da transação de transferência de controle acionário e servira como garantia e fonte de pagamento de qualquer indenização devida pela companhia às partes indenizadas pelas compradoras, sendo R\$2.771, referente ao depósito realizado pela V2i compradora da Arcoverde, que deve ser mantido por 42 meses a partir do mês de março de 2020 e R\$4.707, referente ao depósito realizado pela V2i compradora da Vineyards Participações e SE Vineyards, que deve ser mantido por 60 meses a partir do mês de novembro de 2022.

b) Resultado na alienação de investimentos

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Receita de venda de participação de controladas (i)	-	204.270
Ajuste de preço de ativos vendidos	-	-
Baixa de ativos mantido para venda (i)	-	(126.717)
Ganho (perda) na venda de participação de controladas	-	77.553
Perda na alienação da Escrow da venda de Novo Estado	-	(4.123)
Resultado na venda de participação de controladas	-	73.430

(i) Valores de receita e ativo mantido para venda referente à companhia Dunas transmissão de Energia, Companhia vendida em maio de 2021 para companhia Cymi Construções e Participações S.A. A Companhia entende que devido a representatividade destas controladas, a venda destes ativos satisfaz os critérios de operação descontinuada, portanto, os resultados provenientes destas controladas estão apresentados em linha separada na demonstração do resultado bem como no fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

12. PARTES RELACIONADAS

a) Ativo - contas a receber

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
São Francisco Transmissão de Energia S.A.	1.877	1.877
Jaçaná Transmissão de Energia S.A.	325	325
Total	2.202	2.202

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia manteve com partes relacionadas saldos a receber relativos a compartilhamento de despesas com folha de pagamento.

b) Passivo - contas a pagar

Credor	Companhia	Encargos	Data final	Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022
Sterlite Power Transmission Limited (i)	Índia	-	-	3.838	3.838	3.838	3.838
Total				3.838	3.838	3.838	3.838

(i) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia tem o saldo a pagar de R\$3.838 para a Sterlite Power Transmission Limited, relacionado ao reembolso de comissão garantia.

c) Passivo - mútuos

Credor	Companhia	Encargos	Data final	Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022
GBS Participações	Brasil	IOF	30/09/2024	51.282	50.470	-	-
Sterlite Power Transmission Limited (i)	Índia	IOF	24/09/2024	35.159	-	35.159	-
Total				86.441	50.470	35.159	-

(i) Em 28 de setembro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$35.065 da Sterlite Power Transmission Limited, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência. Em 24 de setembro de 2023 foi realizado por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 24 de setembro de 2024. Abaixo demonstramos as movimentações dos mútuos nos períodos:

Credor	Saldo em 31/12/2022	Captações	Encargos	Pagamentos	Controladora	
					Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023
GBS Participações	50.470	10.605	812	(10.605)	51.282	51.282
Sterlite Power Transmission Limited	-	35.065	94	-	35.159	35.159
Total	50.470	45.670	906	(10.605)	86.441	86.441

Credor	Saldo em 31/12/2021	Encargos	Captações	Controladora	
				Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022
GBS Participações	49.791	679	-	50.470	50.470
Total	49.791	679	3.838	54.308	54.308

Credor	Saldo em 31/12/2022	Captações	Encargos	Pagamentos	Consolidado	
					Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023
Sterlite Power Transmission Limited	-	35.065	94	-	35.159	35.159
Total	-	35.065	94	-	35.159	35.159

13. ATIVO DE CONCESSÃO

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	2.899.359	933.727
Receita de implementação e margem da infraestrutura	1.034.916	1.838.164
Remuneração do ativo de concessão	306.272	154.138
Receita de operação e manutenção	12.477	6.583
(-) Faturamento	(163.124)	(33.253)
Saldo final	4.089.900	2.899.359
Circulante	307.094	206.942
Não circulante	3.782.806	2.692.417

A Companhia não considerou perdas por parcelas variáveis em seu fluxo contratual, pois está dentro do cronograma de construção e não tem ocorrências de séries históricas de perdas por parcelas variáveis.

14. INVESTIMENTOS

a) Saldos de balancetes das investidas pela Companhia

Investidas	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos		Patrimônio líquido	Lucro líquido/prejuízo
				Ativos	Passivos		
Controladas diretas							
Olindina	31/12/2023	344.126.000	100	484.088	153.272	330.816	(13.310)
Marituba	31/12/2023	239.143.400	100	1.371.467	1.032.050	339.417	(10.043)
GBS	31/12/2023	475.820.000	100	1.289.167	629.370	659.797	(6.666)
Jaçaná	31/12/2023	100	100	5.334	1.545	3.789	172
Serra Negra	31/12/2023	400	100	2.368	444	1.924	241
Tangará	31/12/2023	400	100	4.450	1.093	3.357	468
Controladas indiretas							
Borborema	31/12/2023	164.458.647	100	675.651	314.914	360.737	41.652
Goyaz	31/12/2023	348.870.449	100	474.049	51.001	423.048	16.070
Solaris	31/12/2023	186.491.109	100	837.862	397.494	440.368	32.739
São Francisco	31/12/2023	491.129.494	100	1.020.257	536.540	483.717	(6.893)
Investidas Controladas Diretas							
Marituba	31/12/2022	293.143.400	100	1.134.952	785.372	349.580	104.007
São Francisco	31/12/2022	292.182.516	100	219.010	124.170	94.840	(2.443)
GBS	31/12/2022	474.186.000	100	1.267.811	601.348	666.463	195.543
Jaçaná	31/12/2022	100	100	2.453	353	2.100	(51)
Serra Negra	31/12/2022	400	100	131	-	131	(9)
Tangará	31/12/2022	400	100	602	-	602	(38)
Controladas Indiretas							
Borborema	31/12/2022	164.458.647	100	590.074	278.249	311.825	76.502
Goyaz	31/12/2022	348.870.449	100	463.114	55.983	407.131	40.702
Solaris	31/12/2022	186.491.109	100	815.828	407.888	407.940	159.339

b) Movimentação dos investimentos

Investimento em 2022	Transferência - Controlada indireta	Aporte de capital	Constituição de dividendos	Equivalência patrimonial	Valor do Investimento em 2023
349.580	-	-	-	(10.043)	339.417
94.840	(322.971)	-	-	2.417	225.714
2.100	-	-	(1)	172	3.789
131	-	-	(2)	241	1.924
602	-	-	(4)	468	3.357
666.463	-	-	-	(6.666)	659.797
-	322.971	21.155	-	(13.310)	330.816
1.113.716	-	21.155	(7)	(26.721)	1.339.100

Investimento em 2021	Transferência - Controlada indireta	Aporte de capital	Constituição de dividendos	Equivalência patrimonial	Valor do Investimento em 2022
97.836	-	148.725	(988)	104.007	349.580
35.358	-	61.924	-	(2.442)	94.840
-	-	2.151	-	(51)	2.100
-	-	140	-	(9)	131
-	-	640	-	(38)	602
(6.971)	446.915	32.804	(1.828)	195.543	666.463
174.595	(179.185)	-	-	4.590	-
97.317	(99.294)	-	-	1.977	-
161.342	(168.436)	-	-	7.094	-
559.477	-	246.384	(2.816)	310.671	1.113.716

(*) As investidas passaram a ser controladas pela GBS Participações a partir de 11 de fevereiro de 2022, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado das investidas do período compreendido entre 01 de janeiro de 2022 a 11 de fevereiro de 2022. (**) A investida São Francisco passou a ser controlada pela Olindina Participações a partir de 01 de julho de 2023, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado da investida do período compreendido entre 01 de janeiro de 2023 a 30 de junho de 2023.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de materiais e serviços (i)	1.437	5.706	87.412	6.181
Relacionados a implementação da infraestrutura (iv)	-	-	90.899	138.359
Retenções contratuais (iii)	-	-	11.097	10.446
Materiais e serviços não faturados (ii)	765	2.948	7.818	39.258
	2.202	8.654	197.226	194.244

(i) O saldo na rubrica de fornecedores refere-se basicamente a fianças bancárias. (ii) Materiais e serviços não faturados, conforme boletim



STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

b) Movimentação dos empréstimos e debêntures

Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2022		Captações e adições	Juros	Pagamento de juros	Custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2023
		em 31/12/2022	em 31/12/2022						
Debêntures	Sterlite	395.765	63.815	-	-	-	(8.600)	-	450.980
Banco Alfa - CCB	Sterlite	36.022	6.673	-	(7.695)	-	-	(35.000)	-
Banco Santander - CCB	Sterlite	49.741	9.134	-	(9.263)	-	-	-	49.612
Banco Modal - CCB	Sterlite	2.272	-	-	(7)	-	-	(2.265)	-
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	42.900	1.626	-	(2.900)	-	-	41.626
Total		483.800	123.528	1.626	(16.965)	(11.500)	(37.265)	(37.265)	542.218

Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2021		Captações e adições	Juros	Pagamento de juros	Custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2022
		em 31/12/2021	em 31/12/2021						
Debêntures	Sterlite	-	400.000	265	-	(2.289)	(4.500)	-	395.765
Banco Alfa - CCB	Sterlite	-	25.000	2.943	-	(943)	-	(25.654)	-
Banco Alfa - CCB	Sterlite	-	35.000	1.965	-	-	-	-	36.022
Banco Santander - CCB	Sterlite	-	49.000	741	-	-	-	-	49.741
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	28.000	3.912	(3.904)	-	-	(25.736)	2.272
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	150.000	19.970	(19.970)	-	-	(150.000)	-
Total		-	687.000	29.796	(27.106)	(4.500)	(201.390)	(201.390)	483.800

Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2021		Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento de juros	Apropriação dos custos de captação	Custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2022
		em 31/12/2021	em 31/12/2021								
Debêntures	Sterlite	395.765	63.815	-	-	-	-	-	(8.600)	-	450.980
Banco Alfa - CCB	Sterlite	36.022	6.673	-	(7.695)	-	-	-	-	(35.000)	-
Banco Santander - CCB	Sterlite	49.741	9.134	-	(9.263)	-	-	-	-	-	49.612
Banco Modal - CCB	Sterlite	2.272	-	-	(7)	-	-	-	-	(2.265)	-
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	42.900	1.626	-	-	(2.900)	-	-	-	41.626
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	102.677	15.658	6.599	(6.665)	16	-	-	-	(4.131)	114.154
BNB - Banco do Nordeste, Não prioritário	Borborema	15.836	2.415	1.065	(1.075)	-	-	-	-	(637)	17.604
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	9.379	8.404	844	(571)	1	-	-	-	(721)	17.336
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	26.885	15.332	2.656	(1.882)	54	-	-	-	(1.829)	41.216
Debêntures	Borborema	55.268	-	3.534	2.685	(1.748)	-	-	-	-	59.739
Debêntures	Solaris	169.942	-	10.810	7.802	(10.650)	-	-	-	-	177.904
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	74.134	11.220	4.895	(5.056)	-	-	-	-	-	85.193
BNB - Banco do Nordeste, Não Prioritário	Solaris	54.064	8.178	3.759	(3.871)	-	-	-	-	-	62.130
Debêntures	GBS	598.964	-	45.289	28.850	(45.103)	2.635	-	-	(8.266)	622.369
Nota promissória (Modal)	São Francisco	84.025	-	10.421	-	(14.446)	-	-	-	-	(80.000)
BNB - Banco do Nordeste (Ponte)	São Francisco	-	150.000	14.225	-	(14.225)	-	-	-	-	(150.000)
CCB Alfa	São Francisco	-	50.000	4.304	-	(4.304)	-	-	-	-	(50.000)
Banco do Brasil - FDNE (Prioritário)	São Francisco	-	81.635	22	-	-	-	-	-	(1.076)	80.581
Banco do Brasil - FDNE (Não prioritário)	São Francisco	-	16.582	5	-	-	-	-	-	(218)	16.369
BNB (novo)	São Francisco	-	246.519	2.046	-	-	-	-	-	(3.032)	245.533
Banco do Brasil - CCB BASA - Banco da Amazônia, prioritário	Marituba	395.678	142.161	16.340	21.058	(37.461)	-	-	-	(2.687)	535.089
Debêntures	Marituba	154.302	-	11.775	7.104	-	8	-	-	-	173.189
Debêntures	Olindina	-	149.400	2.641	1.231	-	-	-	-	-	153.272
Total		2.224.954	990.404	225.932	68.730	(164.022)	2.714	(19.311)	(335.536)	(335.536)	2.993.865

o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045. A Borborema firmou com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), em novembro de 2019, com contrato de financiamento no valor de R\$ 139.019. Sobre os valores prioritários, correspondentes a R\$ 120.218, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, correspondentes a R\$ 18.801, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em 15 de julho de 2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vencidas de principal, até o vencimento final do contrato, em 15 de dezembro de 2040. Até dezembro de 2023, a Borborema recebeu o montante de R\$136.238, sendo R\$118.036 destinados a áreas prioritárias e R\$18.202 destinados a áreas não prioritárias. A Borborema firmou com o Banco do Brasil, em novembro de 2021, um contrato de financiamento no valor de R\$ 60.000, providos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) ("Financiamento BB-FDNE"). Sobre o Subcrédito I ("FDNE I"), no valor de R\$ 17.783, incidirão juros de 2,1512%, sobre o Subcrédito II ("FDNE II"), no valor de R\$ 42.216, incidirão juros de 3,1635%, ambos acrescidos de IPCA. O primeiro desembolso ocorreu em outubro de 2022, no valor de R\$ 36.264, o segundo e último aconteceu em agosto de 2023, no valor de R\$ 23.736. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão em 38 (trinta e oito) prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em março de 2023 e o último em setembro de 2041. Em novembro de 2021 a Borborema firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Santander e BTG. Foram emitidas, em nome de Borborema, fianças bancárias no valor de R\$50.000, referente à Emissão de Debêntures e ainda R\$139.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB"). De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em junho de 2023 as cartas de fiança emitidas em favor dos debenturistas foram exoneradas pelo Agente Fiduciário, dada a Companhia ter atingido a Conclusão do Projeto, de acordo com a cláusula 4.22 da Escritura de Emissão das Debêntures. Em novembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança em favor do BNB foram adotados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, do Financiamento BB-FDNE e do CPG a Borborema cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 04 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Borborema aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, não existe evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser de no mínimo 1,20, índice que foi atingido em 2023. Solaris: A Solaris realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045. Em janeiro de 2021, a Solaris firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor de R\$150.056, sendo aproximadamente R\$87.000 destinados a áreas prioritárias e R\$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB ("Financiamento BNB"). Em maio de 2022, a Solaris recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$75.390, sendo R\$43.664 destinados a áreas prioritárias e R\$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Solaris recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$52.266, sendo R\$30.188 destinados a áreas prioritárias e R\$22.078 destinados a áreas não prioritárias. Em abril de 2023, a Solaris recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$19.398, sendo R\$11.220 destinados a áreas prioritárias e R\$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vencidas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia. Em novembro de 2021 a Solaris firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$150.000 referente à Emissão de Debêntures e R\$150.056 referente ao Financiamento BNB. Os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em dezembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança, emitidas em favor do BNB e dos debenturistas, foram adotados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, e do CPG a Solaris cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 20 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Solaris aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, não existe evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que foi atingido em 2023. Goyaz: A Goyaz em fevereiro de 2022 firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$44.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em fevereiro de 2022. A Goyaz em março de 2022 quitou os empréstimos ponte com o Banco Modal nos montantes de R\$68.601 e R\$44.882. GBS Participações: A GBS realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não convertíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$1.000, em março de 2022. A amortização do valor nominal unitário atualizado será em 43 (quarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 12 (doze) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2023 e a última em março de 2044, indexadas ao IPCA e com juros remuneratórios de 7,2731% a.a. Em março de 2022 a GBS assinou o Contrato Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores, com participação igualitária, os bancos: Itaú Unibanco e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (SMBC). Foram emitidas garantias bancárias em nome da GBS Participações S.A. no valor de R\$600.000 referente a Emissão de Debêntures. Os pagamentos da comissão de fiança serão pagos ao final de cada trimestre com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures. O custo é de 2,50% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão dos projetos detidos pela GBS. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures a GBS cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios dos divididos dos projetos de que é proprietária, dentre outros. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil alienou fiduciariamente as ações da GBS aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, a GBS não atingiu ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), exigido de acordo com a cláusula 6.1.2 (xiv) da Escritura de Emissão das Debêntures, entretanto o não atingimento do índice não configura vencimento automático antecipado, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em assembleia para ser considerado evento de inadimplemento. A administração da Companhia, por intermédio do Agente Fiduciário, está em processo de convocação de uma Assembleia Geral de Debenturista (AGD) para deliberação do pedido de waiver sobre o não cumprimento da obrigação descrita acima. Em função do não cumprimento da cláusula citada acima, a Administração da Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante. Marituba: A Marituba realizou a primeira emissão de 150.000 debêntures simples, não convertíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, no valor nominal de R\$ 1.000,00, em agosto de 2022 ("Debêntures"). O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 41 (quarenta e uma) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em julho de 2024 e a última em julho de 2044, remunerada pela taxa de IPCA + 7,242% a.a. A Marituba assinou, em dezembro de 2021, um contrato de financiamento com o Banco da Amazônia ("BASA") no valor de R\$536.403, com recursos advindos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO") ("Financiamento BASA-FNO"). Em dezembro de 2023 o volume total do financiamento já havia sido desembolsado. Sobre estes valores, incidirão juros remuneratórios de 3,7086%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Durante o período de carência, os encargos financeiros serão exigíveis mensalmente, todo dia 15 de cada mês. A partir de agosto de 2023, os encargos financeiros serão exigíveis juntamente com as parcelas de principal, mensalmente, até o vencimento da dívida em novembro de 2045. Em agosto de 2022 a Marituba firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG") com os bancos fiadores Itaú Unibanco e Santander. Foram emitidas, em favor dos debenturistas, cartas de fiança bancária no valor de R\$150 milhões, referente às Debêntures. Em favor do BASA, foram emitidas cartas no valor de R\$535 milhões, referente ao Financiamento BASA-FNO. Os pagamentos das comissões de fiança serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO. A comissão de fiança será de 1,95% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico-financeira do projeto, e de 1,35% após. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO, a Marituba cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 15 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil penhorou as ações da Marituba aos Credores. Os empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos pela Marituba exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Marituba monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, de modo que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Marituba, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023 e inexistem eventos de vencimento antecipado. São Francisco: A São Francisco realizou, em setembro de 2022, a emissão de notas promissórias comerciais, em série única. ("NPs"), com garantia real e garantia fidejussória adicional, na forma de Aval. Sobre o valor nominal unitário das NPs incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over, acrescida de 4% ao ano, base 252 dias úteis. A São Francisco realizou o pagamento integral das NPs em 14 de setembro de 2023, com aportes de capital recebidos de sua controladora, à época, Sterlite Brazil Participações S.A. A São Francisco emitiu a CCB nº 250017880 junto ao Banco Alfa de Investimento S.A. ("Alfa") no valor de R\$ 50.000 em 10 de março de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,697% a.a. A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré-fixada de 2,697% a.a. considera os dias corridos em uma base anual de 360 dias. Em maio e agosto de 2023, a Companhia aditou a CCB tendo seu vencimento prorrogado para o dia 06 de outubro de 2023, elevando a taxa pré-fixada para 2,7% a.a. A operação contou com aval da Sterlite Brazil Participações S.A. como avalista ("CCB Alfa"). A São Francisco realizou o pagamento integral da dívida em 06 de outubro de 2023 com aportes de capital recebidos de sua atual controladora, Olindina Participações S.A. A São Francisco emitiu a CCB nº 191.101.391 junto ao Banco do Brasil S.A. ("Empréstimo-Ponte BB") no valor de R\$ 50.000 em 26 de maio de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,85% a.a. A data de pagamento do principal e dos juros é 24 de maio de 2024, correspondente à data de vencimento original do contrato. Em 17 de julho de 2023 o Empréstimo-Ponte BB foi desembolsado. A operação é garantida pelo aval da Sterlite Brazil Participações S.A. A São Francisco emitiu o Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular nº 44.2023.194.21455 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Empréstimo-Ponte BNB") no valor de R\$ 150.000 em 10 de março de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 0,25% a.m. (equivalente a CDI + 3,0416% a.a.). A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré-fixada de 0,25% a.m. considera os dias corridos em uma base mensal de 30 dias. Os juros são exigidos mensalmente desde a partir de abril de 2023. O Empréstimo-Ponte BNB foi totalmente liquidado no dia 25 de outubro de 2023 com os recursos do primeiro desembolso do Financiamento BNB-FNE. A São Francisco emitiu o Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 44.2019.890.20153 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Financiamento BNB-FNE") no valor de R\$ 290.024 em 13 de março de 2020, cujas taxas de juros são 1,4805% a.a. para municípios prioritários (R\$ 269.718) e 1,8095% a.a. para municípios não prioritários (R\$ 20.304).

continua →

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A Administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. (iii) Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2023	2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura	1.034.916	1.838.164
Remuneração do ativo de concessão	306.272	154.138
Receita de operação e manutenção	12.477	6.583
Total da receita bruta	1.353.665	1.998.885
PIS e COFINS sobre a receita	(119.359)	(130.374)
Encargos setoriais	(1.909)	(329)
Receita operacional líquida	1.232.397	1.868.182
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 20)	1.014.198	1.388.707
Margem de implementação da infraestrutura (Em milhares de reais)	69.716	326.707
Margem de implementação de infraestrutura (Em %)	6,74%	17,77%

22. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

	Consolidado	
	2023	2022
Pessoal	(13.294)	(33.271)
Máquinas e equipamentos	(497.500)	(688.338)
Serviços de terceiros	(1.641)	(265.485)
Terrenos	(29.005)	(3.493)
Gastos ambientais	(65)	(14.230)
Edificações	(389.015)	(255.834)
Servidão	(5.680)	(23.556)
Capitalização de juros	(68.890)	(52.606)
Outros	(9.108)	(51.894)
	(1.014.198)	(1.388.707)

23. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	Consolidado	
	2023	2022
Pessoal	(597)	(1.597)
Serviços de terceiros	(9.266)	(2.343)
Outros	(3.060)	(812)
	(12.923)	(4.752)

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal e encargos	(185)	(3.564)	(20.754)	(5.218)
Serviços de terceiros	(2.860)	(10.304)	(18.683)	(21.490)
Material	(171)	(402)	(171)	(424)
Aluguéis	168	(543)	(282)	(650)
Tributos	(1.737)	(172)	(2.086)	(257)
Seguros	(148)	(336)	(5.284)	(4.169)
Depreciação e amortização	(675)	(938)	(675)	(938)
Outros	(884)	(910)	(1.333)	(1.446)
	(6.492)	(17.169)	(49.268)	(34.592)

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outras receitas (CDE) (i)	-	-	10.425	-
Outros	-	168	-	168
	-	168	10.425	168

(i) Valores referem-se a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE das controladas da Companhia.

26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	12.664	1.681	21.093	10.655
Outras receitas financeiras	250	480	325	480
	12.914	2.161	21.418	11.135
Despesas financeiras				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(88.152)	(30.254)	(232.676)	(84.692)
Despesas bancárias	(348)	(23)	(2.038)	(368)
PIS/COFINS sobre rendimentos financeiros	(600)	(100)	(729)	(145)
Comissões, taxas e fianças	(1.238)	(9.828)	(51.587)	(22.813)
Multas e juros sobre atraso	(2.921)	301	(6.635)	137
IOF	(1.287)	(3.157)	(1.313)	(4.240)
Outros	(211)	(17)	(435)	(2.983)
	(94.757)	(43.078)	(295.413)	(115.104)
Resultado financeiro líquido	(81.843)	(40.917)	(273.995)	(103.969)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e suas controladas é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

27.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e depósitos bancários	1	1.500	1.024	37.837	78.044
Valor a receber da alienação de investimento	2	7.478	7.984	7.478	7.984
Dividendos a receber	3	3.463	2.901	-	-
Concessionárias e permissionárias	4	-	-	24.895	7.189
Partes relacionadas	5	2.202	2.202	-	-
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	32.017	254.493	200.419	448.150
Caixa restrito	2	-	-	6.958	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	1	2.202	8.654	197.226	194.244
Partes relacionadas	2	90.279	54.308	38.997	3.838
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3	542.218	483.800	2.993.865	2.224.954
Arrendamentos	4	725	951	725	951

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão

ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **27.2. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** O ativo financeiro da Companhia e suas controladas está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
				Controladora 2023			
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	32.017	11,65% 3.730	5,83% 1.865	8,74% 2.797	17,48% 5.595	14,56% 4.662
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	IPCA	542.218	4,62% + taxas fixas do contrato 85.755	8,15% 42.877	12,23% 64.316	24,46% 128.632	20,38% 107.193

	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
				Consolidado 2023			
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	200.419	11,65% 23.349	5,83% 11.674	8,74% 17.512	17,48% 35.023	14,56% 29.186
Caixa restrito		6.958	811	405	608	1.216	1.013
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	IPCA	2.993.865	4,62% + taxas fixas do contrato 322.427	5,35% 166.214	8,02% 249.320	16,04% 489.641	13,37% 415.534

b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia e de suas controladas por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas. A Administração da Companhia e suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada a índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **27.3. Gestão do capital:** A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

28. SEGUROS

A controladora possui seguro contratado contra riscos de incêndios do prédio comercial locado para suas atividades, de acordo com cláusula contratual de arrendamento. As controladas possuem contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016, 002/2017, 002/2018 e 004/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, são apresentadas a seguir:

Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Borborema	Operacional	Risco Civil	Swiss RE Corporate	12/06/2023	12/06/2024	R\$30.000
Borborema	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	21/06/2021	30/09/2024	R\$283.282
Borborema	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	18/06/2023	18/06/2024	R\$410.315
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/06/2023	30/06/2024	R\$40.000
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2021	30/05/2025	R\$263.213
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2021	30/05/2025	R\$263.213
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/06/2023	30/06/2024	R\$297.438
Jaçanã	Performance Bond	Performance Bond	Austral	10/03/2022	29/06/2025	R\$15.213
Marituba	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	31/03/2024	R\$28.025
Marituba	Construção	Risco Civil	Chubb Seguradora	04/07/2023	04/07/2024	R\$40.000
Marituba	Construção	Risco de Engenharia	Fator Seguradora	23/05/2022	21/05/2025	R\$736.794
São Francisco	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	17/06/2024	R\$38.632
São Francisco	Construção	Risco Civil	Fairfax Brasil Seguros	20/09/2022	30/01/2024	R\$30.000
São Francisco	Construção	Risco de Engenharia	Swiss RE Corporate	20/09/2022	01/10/2025	R\$832.420
Serra Negra	Performance Bond	Performance Bond	Austral	05/09/2022	31/03/2027	R\$10.513
Solaris	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	27/09/2024	R\$20.156
Solaris	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	05/07/2023	05/07/2024	R\$30.000
Solaris	Construção	Riscos de Engenharia	AXA Seguros	25/06/2021	15/04/2024	R\$345.091
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/06/2023	28/06/2024	R\$377.331
Solaris II	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	06/12/2021	28/02/2025	R\$83.078
Sterlite Brazil	Corporate	Locação	Fairfax Brasil Seguros	16/02/2022	16/08/2026	R\$469
Sterlite Brazil	Corporate	Risco de Incêndio	Chubb Seguradora	03/07/2022	03/01/2024	R\$4.341
Tangará	Performance Bond	Performance Bond	Avila	05/09/2022	30/12/2027	R\$44.179

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Sterlite: a) **Empréstimos e financiamentos:** Em 02 de abril de 2024 a Companhia aditou a CCB com o Banco Santander alterando o vencimento do principal e dos juros para o dia 02 de outubro de 2024, com uma taxa de CDI + 4,95%. b) **Valores a receber pela alienação de investimentos:** Em 23 de janeiro de 2024, foi realizado um acordo comercial para encerramento da Escrow, conta correspondente ao valor em custódia de parte da transação de transferência de controle acionário e que serviu como garantia e fonte de pagamento de qualquer indenização devida pela companhia a parte indenizada para a V2i compradora da Arcoverde. Sendo acordado que o saldo residual da conta Escrow deverá ser dividido igualmente entre comprador e o vendedor. O montante de R\$ 1.924 foi liberado em 31 de janeiro de 2024 e o montante de R\$ 1 foi liberado em 01 de fevereiro de 2024, para a Companhia. **Olindina:** a) **Aumento de capital em investida:** Conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada em 2 de fevereiro de 2024, a Olindina aumentou o capital social da sua controlada São Francisco Transmissão de Energia S.A. no montante de R\$ 40.000, mediante a subscrição particular de 40.000,000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas à vista e em moeda corrente nacional. b) **Empréstimos e financiamentos:** No dia 28 de março de 2024 o BNB desembolsou o restante dos recursos do Financiamento BNB-FNE no valor total de R\$ 43.503, sendo R\$ 40.458 para municípios prioritários e R\$ 3.045 para municípios não prioritários, completando assim 100% do desembolso nesta data.

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora FinanceiraÍtalo Augusto Vasconcelos David
DiretorJell Lima de Andrade
Diretor de Projetos

CONTADORA

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-3

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Sterlite Brazil Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sterlite Brazil Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que conforme balanço patrimonial o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 607.075 mil na controladora e R\$ 979.926 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2023. O capital circulante líquido está afetado substancialmente pela reclassificação de determinadas dívidas, nos montantes de R\$ 450.980 mil na controladora e R\$ 1.050.725 mil no consolidado para o curto prazo, em virtude do descumprimento de convenants financeiros. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 2.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de concessão:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 13, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 4.089.900 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de suas controladas, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso;

(ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de maio de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE026317/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>